

## ATA Nº 10

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de **dois mil e vinte e três**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue:** \_\_\_\_\_

<b>I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO</b>	
<b>II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”</b>	
<b>III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA</b>	
1º -	<b>APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL</b>
2º -	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2022</b>
3º -	<b>ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL - 2023</b>
4º -	<b>CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 1 650 000,00€</b>
5º -	<b>ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO - ATUALIZAÇÃO</b>
6º -	<b>PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM REGIME DE RENDA APOIADA E GESTÃO DAS HABITAÇÕES PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE VALENÇA</b>
7º -	<b>REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS - ADESÃO</b>
8º -	<b>REGULAMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA - REVOGAÇÃO</b>
9º -	<b>PROJETO DE REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO DO MUNICÍPIO DE VALENÇA</b>

O **Presidente da Assembleia Municipal, José António Moreira Cerqueira**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. \_\_\_\_\_

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Vítor Manuel Costa de Oliveira, Jorge Moura Rodrigues, Paula Alexandra Melim dos Santos Natal e Álvaro Agostinho Gomes Alves, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Rui Pedro da Silva Ferreira, Francisco José Rodrigues Romeu e Maria Fernanda Esteves Sousa. \_\_\_\_\_

Verificadas as **substituições** a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: \_\_\_\_\_

José António Moreira Cerqueira, Dora Marisa Alves Guterres, Maria da Conceição da Cunha Pereira, Alberto Luís Oliveira Vilas, Sebastião António Silva Alves, Inês Rita da Silva Ferreira, Débora Patrícia Alfaya Ferreira, Luís Manuel Gomes Amorim, Maria Fernanda Esteves Sousa, Paulo Jorge da Cunha

Esteves, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia, José António Lopes Nogueira, Rui Pedro da Silva Ferreira, Pedro Manuel Guedes Lemos, Luís Alberto Mendes Brandão Coelho, Francisco José Rodrigues Romeu, Filipe Fernandes Taveira, Carla Susana da Cunha Oliveira Conde, Liliana Mateus Fernandes Cerqueira, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, Carlos Manuel Pereira, André de Sousa Rodrigues, Armando Rodrigues Fernandes, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro Manuel Cortinhas de Sousa, Cristina Maria Vilas Rodrigues, Alexandre Pereira Lagoa, José Manuel Montenegro Roda, Diogo Miguel Mota Silva. \_\_\_\_\_

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Presidente da Câmara Municipal**, José Manuel Vaz Carpinteira e os **Vereadores** Manuel Rodrigues Lopes, Renato Moreno, Ana Paula Xavier, Elisabete Domingues, Arlindo Sousa e Rui Filipe Rodrigues. \_\_\_\_\_

Assim, assumiram funções para 1º e 2º secretários, as Deputadas Dora Marisa Alves Guterres e Maria da Conceição da Cunha Pereira, respetivamente. \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se tendo registado qualquer inscrição. \_\_\_\_\_

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeira Secretária, Dora Marisa Alves Guterres**, que, após as saudações protocolares a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 28/02/2023 e 26/04/2023, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. \_\_\_\_\_

Antes de prosseguir, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou de correspondência recebida por parte da Câmara Municipal relativamente a um pedido de retirada de assunto da Ordem de Trabalhos da presente sessão, a saber, **REGULAMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA**. Posto isso, e no universo de 29 (vinte e nove) membros foi aprovada por unanimidade a **retirada do ponto** com os fundamentos apresentados, passada a agenda a ser renumerada a partir do ponto oito. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que, na sequência da disponibilização do projeto da **ata n.º 8, de 28 de fevereiro de 2023**, surgiram pequenas correções, as quais, achadas conformes, foram vertidas para a mesma, pelo que, estando em condições, de as colocar a discussão, questionou da intenção de intervirem. \_\_\_\_\_

Inscreveu-se o Deputado **José Nogueira** para, após as habituais saudações, pediu correções à ata. Referiu que na parte que diz “votação da ata”, está escrito que “o deputado José António Nogueira, solicitou que a sua primeira intervenção fosse corrigida no sentido de não coartar o pensamento”. Falta a referência que “o senhor presidente da Mesa, ordenou que assim fosse procedido, tendo-se votado em

conformidade”. Ainda na mesma folha é dito que agradeceu à Câmara Municipal ter tomado conhecimento das recomendações. Esclareceu que esse agradecimento foi feito de forma irónica e ao contrário do que consta na ata “questionou”, e não “referiu”, “se não mereciam ser discutidas pelo Executivo e postas à votação pelas três forças partidárias, que considerou que apenas são diferentes”, falta acrescentar “, “apenas são diferentes na sigla” e falta “mas, contudo”, “iguais nos procedimentos”.

Na folha 11, no início, “o deputado Sr. José António Nogueira considera que...”, quando devia estar “considera que a residência universitária”. Na folhas 12, onde refere “seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao terceiro ponto do Período da Ordem do Dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscrito o deputado Sr. José António Nogueira, o qual disse deve ser emendado para “...tomado conhecimento da demonstração de desempenho orçamental e quanto à revisão – falta uma palavra – “...ter verificado”. Mais adiante, quando se refere a AdAM, deve dizer “mas as transferências para AdAM, não os conseguimos engolir, o que não quer dizer que a Câmara Municipal...” porque só dessa forma faz sentido. Folha 15, quando se refere à Autoridade Tributária – deve constar o seguinte“...confiando na inação ou falta de meios dos serviços autárquicos responsáveis e se fiam na prescrição/caducidade”. Folhas 19, a certa altura, digo “para, na área do Direito e conexos, melhorar a segurança rodoviária e o exercício de uma plena cidadania, tendo sucedido o mesmo com a...”, deve acrescentar-se “falta de representante da EP – Estradas de Portugal, E.P.E.”. \_\_\_\_\_

- **Membro Inês Ferreira** solicitou que conste da ata, na página 8, a restante resposta do Presidente da Câmara Municipal ao deputado José Nogueira, que é de melhor qualidade. \_\_\_\_\_

Finalizadas as apreciações, **a Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por maioria**, aprovar a **ata nº 8**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **28 de fevereiro de 2023**, num universo de 23 (vinte e três) votantes a ata n. 8, referente à sessão realizada no dia 29 de dezembro de 2022, foi aprovada, por unanimidade. Os membros Srs. Dora Guterres, Luís Amorim, Inês Ferreira, Paula Natal, Armando Rodrigues, Carlos Pereira e Sebastião Alves não tomaram parte na votação por não terem estado presentes na sessão. \_\_\_\_\_

De seguida, o Presidente da Assembleia informou que chegou à Mesa uma **proposta apresentada pelo Deputado José Nogueira**, o qual procedeu à respetiva leitura. \_\_\_\_\_

**Proposta:** “As gravações áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Valença, doravante ficam e destinam-se a complementar as respetivas atas, valendo em si e por si, como prova fidedigna do que aí ocorre. A Mesa da Assembleia Municipal será guardiã das suas preservações e, bem assim, dos registos de autenticidade e de conformidade. Explicou que a ata, juridicamente, é que faz fé, em juízo e fora dele, do que se passa na Assembleia. Mas para não se estar a fazer correções e, certamente, que também existem omissões, havendo registos fidedignos, quer áudio quer vídeo, destas sessões, elas podem e devem valer como prova do que efetivamente se passou na sessão. Quanto à preservação e a guarda das imagens isso ficaria cometido à Mesa da Assembleia Municipal, para que assim possa haver o seu registo de autenticidade e de conformidade com o que

Terminada a leitura da proposta foi aberto o momento de inscrições, tendo-se inscrito **Inês Ferreira e Luís Brandão**. \_\_\_\_\_

- **O Membro Inês Ferreira** disse que as gravações não fazem prova jurídica e que a ata é uma prova documental. Teria que haver muito cuidado com as gravações, terá que se garantir a sua fidedignidade, garantindo que não haja forma de a alterar. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Luís Brandão** acrescentou que se as gravações são para ser prova fidedigna, para os efeitos propostos, que é para a ata, então deviam ser destruídas após a aprovação da ata e assim o previsto no regime de proteção de dados que pode estar em causa, direitos de imagem e outros estaria sempre salvaguardado. Deixou a sugestão de se acrescentar que os registos deviam ser mantidos até a aprovação da ata. O problema é que, se for para preservar os dados, além das questões de fidelidade e de qualidade da gravação, é preciso ter em consideração questões de segurança e não sabe se o Município, neste momento, tem condições para salvaguardar. Acresce que a proposta não refere durante quanto tempo se deve guardar as gravações, acabando por ser perpétuo e isso não parece, do seu ponto de vista, que o Município tenha condições para o fazer. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, a proposta foi colocada a votação, tendo sido, num universo de 29 votantes, **rejeitada por maioria**, com 15 (quinze) contra, 11 (onze) abstenções e 3 (três) favoráveis. \_\_\_\_\_

Antes de se prosseguir o deputado **José António Nogueira** em relação à proposta apresentada disse que as gravações desta Assembleia estão na *net*. para sempre. O que se pretendia era o registo de fidedignidade e guardar a gravação principal. A proposta apresentada destinava-se a evitar vir no início de cada sessão – porque é anti atas cooperativas – fazer intervenções aquando da aprovação da ata e dessa forma ganhar-se tempo. Mas na democracia, uns ganham e outros perdem. Como democrata, sujeita-se ao veredicto desta Assembleia embora discordando. \_\_\_\_\_

### INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros: José António Nogueira, Carlos Pereira, Inês Ferreira, Alexandre Lagoa, Pedro Lemos, Sebastião Alves, Filipe Taveira, Orlando Oliveira e Luís Brandão. \_\_\_\_\_

- **O Deputado José António Nogueira** questionou em que ponto está a situação do canhão furtado, bem como para quando a recuperação do pano de muralha do Baluarte de São José, se vai ser feita, se já existe o “papelinho escrito”, ou seja, se está assegurado que o Governo vai pagar aquilo com que se comprometeu. Alertou que faltam várias esferas de pedra que encimam as guaritas, nomeadamente, junto à fonte da vila, julga que é no Baluarte de São João ou na Lapa, pelo que mereciam ser recuperadas, sendo certo que a falta das esferas poderão ser puros atos de vandalismo. Prosseguindo, referiu-se à comissão de trânsito, que não viu que na vila, tenham sido tomadas providências relativas aos vários problemas para os quais tem vindo a alertar e que podem dar azo a acidentes, pelo que questionou se não

seria pertinente prevenir estas situações. Solicitou informação acerca da candidatura de Valença a Património da Humanidade, sendo que agora não é Valença, é a candidatura das Fortalezas Abaluartadas da Raia. Perguntou qual o ponto de situação do Parque da Cidade e quanto vai custar ao erário público a residência universitária. Por último, questionou o ponto de situação da Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de São Pedro da Torre, atento a que existiam representantes e até ao presente ainda não foram eleitos. \_\_\_\_\_

- **O Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Carlos Pereira** insistiu mais uma vez em se pressionar a Infraestruturas de Portugal para a resolução da questão do aqueduto sobre a EN 13, na zona da Pedreira e na Formigosa. Está pouco caudal e em condições de intervenção. Mais, solicitou que a execução do projeto processo para a intervenção na Estrada de Passos seja rápido, atento ao estado deplorável da via. \_\_\_\_\_

- **O Membro Inês Ferreira** referiu que na anterior sessão deste órgão, e tal como consta na respetiva ata, o Presidente da Câmara disse que a Câmara Municipal de Valença tem um plano para acolhimento dos imigrantes, que foi criado um gabinete de inclusão para sinalização e acompanhamento das situações mais críticas. Termos em que perguntou se esse gabinete de inclusão está já operacional e se sim quantas famílias já foram sinalizadas e que tipo de apoio já foram definidos. Mais, que fiscalização está a ser feita relativamente ao arrendamento de casas ou habitações ou pseudo habitações de imigrantes. \_\_\_\_\_

- **O Presidente da Junta de União de Freguesias de S. Julião e Silva, Alexandre Lagoa** parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa do arrendamento acessível. A habitação em Portugal é um problema geral e a nível distrital, este Município, é dos primeiros a adotar este tipo de políticas, que são as mais corretas e ajudarão no futuro no problema da habitação. Seguidamente, tendo em consideração que as candidaturas ao programa Portugal 2030, às quais as Juntas de Freguesia passarão a ser elegíveis, perguntou se a Câmara Municipal prevê criar algum de gabinete de apoio às Juntas de Freguesia. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Pedro Lemos** referiu-se à reabertura de serviços e atendimento permanente das urgências em Valença, na sequência da sua intervenção na última sessão com resposta de que as obras para o Centro de Saúde de Valença assim como novas especialidades, estavam previstas, assim como que, talvez, não fosse possível a reabertura dos serviços de urgência. Termos em que questionou sobre o ponto de situação pois sendo a primeira promessa do Partido Socialista para este mandato, quer saber se vai realmente conseguir cumprir esta promessa. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sebastião Alves** colocou varias questões designadamente quanto vai custar a reparação do pano das muralhas, que tipo de intervenção está a ser feita na Avenida de São Teotónio, em frente ao Edifício Manuel Temporão, para quando está prevista a finalização da intervenção no Caminho de Ervelho, onde terá inicio o caminho de ligação da EN 13 ao parque empresarial, se é da rotunda que, entretanto foi construída, ou se do local onde originalmente estava previsto. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Filipe Taveira** congratulou a Câmara Municipal pelo facto de, em termos culturais, ter

crescido, assim como pela abertura do Centro de Interpretação das Fortalezas Abaluartadas que é um motivo acrescido para que se visite Valença. Questionou se estas atividades têm trazido novos visitantes e de que forma esta nova dinâmica permite criar um sentimento catalisador para trazer mais investimento ao nível do turismo. De seguida solicitou esclarecimentos acerca do Programa Municipal de Arrendamento Acessível em Valença. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Orlando Oliveira** mencionou que teve conhecimento que, recentemente, a logo marca de Valença foi reconhecida e premiada nos Prémios Lusófonos da Criatividade. Considera que é um prémio merecido e que vem reconhecer o trabalho de Valença e ajudar na promoção externa. Solicitou que o tema fosse abordado e de que forma pode valorizar ainda mais a imagem do concelho. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Luís Brandão** solicitou esclarecimentos acerca do ponto de situação relativamente a eventuais apoios relacionados com as intempéries de 1 de janeiro, uma vez que, na altura, se falou da possibilidade de poder haver alguns apoios aos cidadãos que tiveram estragos, saber se isso teve alguma evolução ou se, eventualmente, é um assunto que já está sem possibilidade de ter resposta mais satisfatória. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários. \_\_\_\_\_

O **Presidente da Câmara Municipal**, começando por responder ao Deputado José Nogueira, disse que o canhão furtado ainda não foi encontrado, no entanto as Polícias Judiciária e Militar continuam a acompanhar o processo. Acrescentou que, de momento, os canhões, se encontram guardados, até poderem novamente ser colocados em exposição. Quanto à questão da recuperação do pano de muralha no Baluarte de São José, informou que já foi assinado um protocolo entre a Câmara Municipal, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a Direção-Geral de Património Cultural e a Direção Regional de Cultura do Norte. Esse protocolo visa, numa primeira fase, legitimar o Município a proceder à abertura do concurso para a execução do projeto e, mais tarde, a abertura de concurso para execução da obra. Já com base nesse protocolo a Câmara Municipal apresentou uma candidatura para financiamento da reconstrução do pano de muralha, embora ainda não haja resposta. O valor apontado para a recuperação ronda 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros). Espera que o financiamento seja de 100%, através da Comissão de Coordenação da Região Norte e do Fundo de Salvaguarda de Património Cultural. Neste momento está-se na fase de concluir os projetos e depois abrir concurso. Estima-se que, para o final do mês de setembro já se possa abrir concurso para a execução da obra. Prosseguindo, informou que a falta de sinalética no interior da Fortaleza já foi abordada, na reunião da Comissão de Trânsito. Nessa reunião foi aprovado um pedido da Junta da União de Freguesias de Gandra e Taião para a colocação de um sinal de “STOP” e foi apresentado, pelo comandante da GNR, um levantamento de situações dentro e fora e da Fortaleza que vão ser analisadas e que vão ao encontro daquilo que o Deputado José Nogueira referiu. Foi abordado, também, o problema dos semáforos no cruzamento da Avenida da Juventude com a Avenida Tito Fontes, em especial o seu funcionamento para os peões, assim

como foi abordado a questão do estacionamento na Av<sup>a</sup>. do Colégio Português entre a estação da CP e a Avenida Dr. Tito Fontes. Em suma, foram apresentadas algumas sugestões que os técnicos municipais vão analisar. Foi também colocada a possibilidade de se contratar uma empresa para fazer a georreferenciação da sinalética vertical, em todo o Concelho. Quanto à candidatura da Fortaleza a Património da Humanidade, o processo continua e tudo aponta para que, em julho, se apresente a versão final à Comissão Nacional da UNESCO, em Portugal. O Centro Interpretativo das Fortalezas Abaluartadas da Raia está integrado na rota turística, que une quatro Municípios: Valença, Almeida, Elvas e Marvão. A candidatura a Património Mundial é subscrita apenas pelos Municípios de Valença, Almeida e Marvão. Quanto ao projeto do Parque da Cidade, informou que está na fase de levantamento topográfico. De momento estão a dar prioridade à Ecovia da Senhora da Cabeça à Ponte Centenária, para a qual já foi apresentada uma candidatura ao INTERREG. Em relação à residência académica, o valor estimado é de 2,200,000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros). Relativamente à Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário (CAAS) referiu haver alguma confusão, pois o que foi levado a reunião de Câmara foi a integração do Município na Comissão de Acompanhamento (CA) Local do Aterro de Resíduos Não Perigosos de Valença, que é liderada pela Comissão de Coordenação da Região Norte. Tendo sido indicado como representante do Município a vice-presidente Ana Paula Xavier e um técnico da Câmara. Acrescentou que a Junta de Freguesia de São Pedro de Torre também integra essa comissão. Trata-se de uma Comissão criada por imposição legal, enquanto que a CAAS, a que o Deputado José Nogueira se referiu, é uma comissão criada no seio da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

Passando às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Carlos Pereira, começou por responder, quanto ao viaduto na EN13, que a informação de que dispõe é que os serviços da IP já têm agendada a intervenção. Quanto à Estrada de Passos está para breve a conclusão do projeto, prevendo-se que a obra seja adjudicada no último trimestre do ano em curso. \_\_\_\_\_

Respondendo à intervenção do Membro Inês Ferreira, relativa ao Balcão de Inclusão, referiu que já está a funcionar nos Serviços de Ação Social e que não é apenas para a população imigrante. É um local de atendimento que disponibiliza informação sobre deficiência/incapacidade e promove a mediação especializada e acessível de acordo com a legislação em vigor. Acrescentou que, Valença é dos Concelhos do distrito que tem mais imigrantes em termos percentuais. No âmbito da CIM Alto Minho, foi criada uma rede de apoio a migrantes do Alto Minho que se chama AMAM- Rede de Apoio a Migrantes do Alto Minho, para dar resposta à crescente conjuntura e melhor acolhimento e integração possível destas diferentes comunidades. Há cada vez mais pessoas estrangeiras a escolher este Concelho para trabalhar ou estudar e, por isso, é nosso dever, criar as melhores condições possíveis para facilitar a sua integração. \_\_\_\_\_

Quanto ao questionado pelo Presidente da Junta de São Julião e Silva, Alexandre Lagoa, começou por dizer que as Juntas podem ter, como já podiam no passado, acesso a candidaturas. A Câmara Municipal dispõe de um gabinete – Gestão de Programas de Financiamento e Controlo Interno – que dá esse apoio às Juntas de Freguesias que o pretendam. \_\_\_\_\_

Respondendo ao Deputado Pedro Lemos, no tocante ao Serviço de Atendimento Permanente, disse que é um compromisso para o mandato, acrescentando que estão a trabalhar no sentido de criar melhores condições físicas e de funcionamento, para assegurar a reabertura SAP. Esclareceu, ainda, que a ULSAM tem, neste momento, aberto um concurso para a contratação de mais um médico, por forma a diminuir o número de utentes sem médico de família. \_\_\_\_\_

Respondendo ao Deputado Sebastião Alves explicou que o que está a ser feito na Avenida de São Teotónio é apenas terminar o passeio existente, que estava sem ligação há muitos anos. Pediu-se autorização aos proprietários dos terrenos contíguos à rua, que cederam terreno, o que permitiu alargar em cerca de 2 metros o passeio. O Caminho do Ervelho está parado uma vez que existe um poste elétrico no local a pavimentar. Atendendo a que a E-REDES ainda não procedeu à sua deslocalização, não faz sentido avançar para a pavimentação. Quanto ao acesso ao parque empresarial, explicou que será construído um acesso que ligará a EN13 à nova rotunda. \_\_\_\_\_

Quanto ao Deputado Filipe Taveira respondeu que, efetivamente, está a apostar-se na cultura porque entendem que é a melhor forma de promover Valença. Através da cultura, há mais turismo, há mais negócio e a economia local ganha com isso. Relativamente à questão do arrendamento acessível, disse que o programa “Valença Casa Acessível” enquadra-se na visão que têm para a política municipal de habitação. O primeiro objetivo é reunir uma bolsa de proprietários, para integrar este programa, para que os possíveis beneficiários possam aceder ao mesmo. Há já algumas manifestações de interesse de proprietários de habitações, que pretendem integrar o projeto. Este é de facto um programa vantajoso para os senhorios e para os arrendatários. Para os senhorios, porque ao integrarem os seus prédios neste programa, terão garantia de isenção de IMI de IRS ou IRC, conforme sejam pessoas singulares ou coletivas. Para os arrendatários, porque terão acesso a uma habitação a custos mais acessíveis e compatíveis com os seus rendimentos. Em traços gerais, o programa “Valença Casa Acessível” pretende promover uma oferta alargada de habitação para arrendamento abaixo dos valores de mercado. Acrescentou que está a ser preparada uma campanha de divulgação do mesmo. \_\_\_\_\_

Em relação à intervenção do Deputado Orlando Oliveira disse que a logo marca é a nova identidade visual do Município que foi distinguida com o Troféu Prata dos Prémios Lusófonos de Criatividade, que é um certame internacional que premeia os melhores trabalhos lançados pelos mercados de publicidade e comunicação em todos os países da língua oficial portuguesa. É evidente que é uma grande satisfação ver a marca “Valença Viver sem Fronteiras”, distinguida junto de grandes empresas do mundo empresarial lusófono o que dá, obviamente, mais força na ambição de reforçar o posicionamento estratégico e a projeção de Valença. A logo marca é uma mistura de vanguardismo, com o realce da história do património de Valença e o *slogan* representa na perfeição uma cidade onde pontifica a Fortaleza como *ex-libris*, que vive sem fronteiras, que sabe acolher e receber, uma cidade multicultural onde os caminhos de Santiago confluem e uma Eurocidade ligada pela ponte centenária internacional do Rio Minho. \_\_\_\_\_

Quanto às questões das intempéries, colocadas pelo senhor deputado Luís Brandão, respondeu que os danos foram classificados em três categorias: bens públicos, bens empresariais e bens pessoais. Já foram abertos dois concursos pelo Governo, um para os bens empresariais e outro para os Municípios. O



Município de Valença apresentou uma candidatura superior a 3.000.000,00€ (três milhões de euros), incluindo a Fortaleza. Desconhece-se, neste momento, quais os valores que serão aprovados. \_\_\_\_\_

### III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

#### PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros José Nogueira, Inês Ferreira, Alexandre Lagoa, Sebastião Alves e Luís Brandão. \_\_\_\_\_

O **Deputado José Nogueira** questionou ao Presidente da Assembleia Municipal se, neste ponto, se pode continuar a discutir os assuntos, como era tradicional, que vinham de trás, ou se nos temos que cingir, efetivamente, ao que vem na informação do Município. Isto porque esta é a primeira vez que está a funcionar o novo Regimento. Na interpretação que faz do regimento pode continuar a falar-se. Mas coloca a questão para não haver surpresas. De seguida, questionou acerca do processo do Município *versus* AdAM, se já deu ou não entrada e solicitou que lhe fosse facultada uma cópia e até ao momento nada. Prosseguindo, questionou quanto é que a Câmara Municipal vai gastar para a residência universitária. Esclareceu que se referiu à Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário. Se existe ou não e se está revogada ou não. Pois tratava-se de uma comissão, pelo menos no tempo em que lá esteve, muito importante, nomeadamente para as gentes de São Pedro da Torre. Decidia e não estava cingidos à escolha de lugares pela própria empresa. Se continua é necessário proceder à eleição das pessoas para integrar a comissão. Do seu ponto de vista é uma das comissões que faz sentido ter continuidade, é uma comissão local que visa preservar a saúde das pessoas. \_\_\_\_\_

- O **Membro Inês Ferreira**, relativamente à questão que colocou no ponto anterior, não foram fornecidos os dados solicitados, nem explicado o tipo de fiscalização em relação ao arrendamento às famílias de imigrantes e, especialmente, à exploração indigna que se está a fazer com essas famílias que procuram alojamento. Na informação escrita, refere-se a elaboração do Projeto de Execução do Pano da Muralha do Baluarte de São José, Fortaleza de Valença, no montante de 91.020,00€ (noventa e um mil e vinte euros), sendo que este ano serão gastos 81.918,00€ (oitenta mil novecentos e dezoito euros). Ouvi dizer que vai haver concurso que o início da execução será para o mês de setembro. Nessa altura o inverno está às portas. Se no próximo inverno, houver tanta chuva como no anterior, cai outro pano da muralha. Também foi dito que o Centro de Saúde de Valença vai ser ampliado de acordo com a ULSAM. Mas isso não é suficiente, existem constrangimentos, em termos de recursos humanos, que conduz a uma ineficiente saúde pública, especialmente para a população mais idosa e Valença tem um índice de envelhecimento já preocupante, há bastantes anos preocupante. Seguidamente disse que assistiu ao derrube de algumas árvores na Avenida 25 de Abril e no passeio junto à APPACDM, embora aí tenha sido apenas junto ao edifício da APPACDM. Perguntou qual a razão desse abate. Outra questão colocada foi em relação ao trânsito intramuros nos momentos ou nos dias de grande afluência de turistas. Nesses dias os semáforos não servem para rigorosamente nada. Nem os condutores, nem os peões junto ao túnel

das portas do meio respeitam o vermelho. Entretanto, verifica que, antes das primeiras portas, no sentido de quem entra em Valença, foram colocados uns peões para, supõe, proteção da muralha. Havia carros que costumavam estacionar naquele local, assim como fazer inversão de marcha quando havia engarrafamento. Posto isto, sugeriu que nos dias em que se estima que Valença vá ser “invadida”, por turistas, porque não se pedir o apoio da GNR para controlar o trânsito cá dentro. \_\_\_\_\_

**O Presidente da Junta de União de Freguesias de S. Julião e Silva, Alexandre Lagoa** questionou qual a data prevista para iniciação de trabalhos de reconstrução dos muros de alvenaria, no lugar do Barral, São Julião. \_\_\_\_\_

**O Deputado Sebastião Alves** disse que lhe chamou a atenção na informação escrita os problemas que a Câmara de Valença tem em Tribunal. Feita a soma rondam os 214.291,00€ (duzentos e catorze mil duzentos e noventa e um euros). Perguntou de onde vêm esses valores e como se podem resolver esses processos. \_\_\_\_\_

**O Deputado Álvaro Gomes** perguntou qual o ponto de situação da parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa relativamente à teleassistência, se tem havido muita adesão, quantos dispositivos funcionam ou virão a funcionar. A segunda pergunta colocada foi quanto à possibilidade de se regular a velocidade em algumas artérias da cidade, perguntando se a Comissão de Trânsito já tem alguma ação prevista. Seria de considerar isso para algumas zonas. A ideia que deixa à Comissão de Trânsito seria a colocação de bandas sonoras, as lombas, em alguns trajetos, nomeadamente em zonas habitacionais. \_\_\_\_\_

**O Deputado Luís Brandão** questionou acerca do processo n.º 9, da listagem dos processos pendentes em Tribunal, que tem a ver com um pedido de reconhecimento de propriedade no emparcelamento de Valença, Ganfei e Verdoejo. Aparentemente, terá sido o Município que ocupou uma parcela. Solicitou esclarecimento acerca do processo. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. \_\_\_\_\_

**O Presidente da Câmara Municipal** relativamente às questões formuladas pelo Deputado José Nogueira, mencionou que o processo da AdAM, já entrou, embora ainda não conste dessa informação. É o processo n.º 501/23, em que são autores os Municípios de Valença e Vila Nova de Cerveira e réus os Municípios parceiros mais o Estado Português e contra-interessados a AdAM e a Águas de Portugal. Quanto à residência universitária, voltou a referir que foi aprovada uma candidatura ao PRR. No entanto, quando a obra for adjudicada, a Câmara solicitar a reformulação do protocolo para que o valor da candidatura seja adequado ao valor da empreitada. \_\_\_\_\_

A única dúvida que existe prende-se com o IVA, isto, se o valor do imposto está abrangido no valor aprovado pela candidatura ou se será suportado pelo Município. Em relação à Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário, essa situação terá que ser apurada pela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

Relativamente à questão colocada pelo Membro Inês Ferreira, o valor que referiu é para a elaboração do projeto para a recuperação do Pano de Muralha do Baluarte de São José. Prevê-se a abertura de concurso para a empreitada em finais de setembro. Quanto ao Centro de Saúde verificam-se alguns constrangimentos no seu funcionamento. Todavia, o Município não tem qualquer responsabilidade na sua gestão. Claro está que, mesmo sem competências que lhe permitam uma intervenção direta, o Município vem intervindo junta da ULSAM, para melhorar o funcionamento do Centro de Saúde. Relativamente ao abate de árvores na Rua 25 de Abril, as mesmas serão substituídas por outras mais adequadas ao local. Quanto à questão do trânsito na Fortaleza, reconhece que tem razão devendo melhorar-se a sinalética existente, bem como assegurar, por intermédio da GNR, um melhor controlo da circulação no perímetro amuralhado.

Prosseguindo, respondeu ao Presidente da Junta de Freguesia de São Julião e Silva que o início da construção do muro está para breve pois a empreitada já foi adjudicada.

Quanto ao Deputado Sebastião Alves, respondeu que os processos judiciais são antigos, mas têm vindo a ser resolvidos.

Relativamente ao Deputado Álvaro Gomes, respondeu que o serviço da teleassistência já está a ser operacionalizado em parceria entre o Município e a Cruz Vermelha. Com este serviço, a população sénior mais vulnerável, dispõe de uma tecnologia muito simples de emergência ou de urgência, conforme as situações, acionada através de um botão que possibilita o apoio 24 horas por dia, através do *contact center* da Cruz Vermelha Portuguesa. O Regulamento prevê a disponibilização gratuita destes serviços aos idosos mais vulneráveis, em situação de isolamento, cumprindo determinados requisitos. Nesses casos, o custo é assumido pelo Município. Até ao momento, já foram aprovados onze pedidos. Referiu, ainda que este equipamento também pode ser adquirido por qualquer pessoa em situação de dependência, ou mesmo por pessoas autónomas, pagando o serviço. Relativamente às questões do trânsito, referiu que são pertinentes e que serão apreciadas as situações e estudada a viabilidade de colocar lombas em alguns arruamentos urbanos.

De seguida passou a palavra à **Vereadora Ana Paula Xavier** para responder à questão colocada pelo senhor deputado Luís Brandão.

**A Vereadora da Câmara Municipal, Ana Paula Xavier** referiu que a ação diz respeito a uma alegada ocupação da ecopista em que esta passa pela zona do emparcelamento não autorizado.

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu a abertura da **segunda ronda**, tendo-se inscrito os membros José Nogueira e Inês Ferreira.

**O Deputado José Nogueira** referiu que anda a falar da Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário desde que tomou posse. É necessário que se decidam. Não pode é continuar esta incerteza. Ou se elegem membros ou não elegem. Ou é importante ou não é. Espera que o Presidente da Junta de São Pedro da Torre venha dizer que é importante, porque se não for importante, não merece a pena. Foi uma luta daquela população para, pelo menos, conseguirem vigiar e preservar a sua saúde. Quando se faz uma candidatura ao PRR, numa residência universitária, no mínimo, sabe-se o valor do terreno que vai

ser dado, os possíveis custos ou então o porquê da candidatura. Era melhor o parque da cidade que era para os valencianos todos. A residência universitária é para as pessoas que vêm para Valença estudar. Essa foi a prioridade da Câmara Municipal, e como tal aceita-a, porque ganharam, porque tiveram mais votos. Mas o que pretende saber é quanto preveem gastar para a construção. \_\_\_\_\_

**O Membro Inês Ferreira** relativamente ao centro de saúde, o Presidente da Câmara é a pessoa que os representa nas instâncias superiores. Portanto, cabe-lhe a defesa para que o centro de saúde funcione de forma diferente. Com certeza que tem canais diretos, não só com o Ministro da Saúde como com o restante Governo e, portanto, pode fazer chegar a preocupação da população de Valença relativamente à forma como o centro de saúde está, neste momento, a funcionar. Relativamente ao trânsito, se a Câmara já tem essa solução, que é contratar a GNR, sabendo quais são os dias do ano em que temos excesso de trânsito no interior da Fortaleza, então, contrate-se a GNR para resolver isso e evitam-se as situações de trânsito caótico. Em relação aos imigrantes, disse que não lhe foram respondidas algumas das perguntas que fez, mas provavelmente não tem dados ou se os tem, não poderá divulgar ou não está na disposição de divulgar. Referiu ter conhecimento de um movimento de cidadãos, para angariação de coisas muito simples, como fraldas e produtos de higiene para recém-nascidos. Ao Município caberá a função de definir um plano de forma a que estas pessoas sejam integradas e não venham com a questão de que os imigrantes vêm tirar trabalho aos portugueses. Portugal tem um problema demográfico gravíssimo, as altas patentes deste país estão sempre a referir. E também referem que a única solução será que os imigrantes venham para cá para aumentar a nossa população ativa, sob pena de as reformas, daqui a uns anos, não serem pagas. \_\_\_\_\_

**O Presidente da Câmara Municipal** disse, relativamente à questão colocada pelo senhor deputado José António Nogueira, acerca da residência académica, que já prestou os adequados esclarecimentos em intervenções anteriores, clarificando apenas que o Edifício é propriedade do Município e o seu funcionamento será protocolado com o IPVC, sem custos de manutenção para o Município. \_\_\_\_\_  
Relativamente às questões colocadas pelo membro Inês Ferreira, mencionou que a Câmara Municipal está atenta e proativa na defesa dos interesses dos valencianos em todas as áreas, incluindo a saúde. Em particular, o funcionamento do Centro de Saúde, que vem apresentado algumas deficiências há vários anos. Quanto à questão do trânsito na Fortaleza, é um problema complexo e muito antigo, que se resolveria se o acesso fosse apenas para moradores, comerciantes e cargas e descargas. Importa realizar um estudo de acessibilidades à Fortaleza, de modo a estudar alternativas de mobilidade sustentável. Quanto à questão dos imigrantes ou dos migrantes, informou que a Ação Social do Município está a acompanhar a situação em permanência, em colaboração com outras entidades. \_\_\_\_\_  
Terminados os esclarecimentos o Presidente da Assembleia Municipal procedeu a abertura de inscrições para a segunda ronda, tendo-se inscrito o membro Inês Ferreira e o deputado José Nogueira. \_\_\_\_\_

- **O Membro Inês Ferreira** disse que concorda plenamente com que o Presidente disse acerca do trânsito e que cada vez que entra aqui que diz que o trânsito devia ser proibido cá dentro, e que era preciso

coragem. Aguarda para ver se o Presidente da Câmara tem a coragem de enfrentar os comerciantes de Valença, dizendo que cá dentro só vai entrar quem mora cá dentro, quem vai para ser alojado nos vários estabelecimentos, quem vem tratar de assuntos à Câmara, aos vários serviços e quem vem para os atos religiosos que se procedem na Igreja de Santo Estêvão. \_\_\_\_\_

- **O Membro José Nogueira** referiu que seria um dos poucos privilegiados, pois tem residência e escritório no interior da Fortaleza. Perguntou se quer matar Valença e se quer fazer como em Paredes de Coura, que as pessoas não venham e se já pensou, por exemplo, em ter veículos elétricos que assegurem o transporte das pessoas para aqui. Neste caso poderia proibir o trânsito. Desde já disse ser contra e perguntou se essa decisão a tomar sobre o trânsito da vila, não deveria ser referendada pelo povo valenciano. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, a **Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no \_\_\_\_\_

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que seria oportuno fazer-se um intervalo, pelo que quando eram 10h50m interrompeu a sessão, tendo sido retomada quando eram 11h18m. \_\_\_\_\_ Retomada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia deu início à discussão dos pontos 2 e 3 da agenda de trabalho de acordo com a deliberação tomada em sede de Comissão Permanente. \_\_\_\_\_

**PRESENÇA DE MAIS 2 DEPUTADOS:** Quando os trabalhos da sessão iam neste ponto participaram na sessão até ao encerramentos dos trabalhos os Deputados Álvaro Gomes e José Roda. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 2º – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2022**

#### **PONTO 3º – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL - 2023**

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de vinte de abril DE ABRIL, foram apresentados o relatório de gestão e contas de 2022 e uma alteração ao mapa de pessoal 2023. \_\_\_\_\_

De seguida, procedeu a abertura de inscrições para discussão dos pontos, tendo-se inscrito os Membros intervenções José Nogueira, Inês Ferreira, Alberto Vilas, Sebastião Alves e Luís Brandão. \_\_\_\_\_

- **O Deputado José Nogueira** sobre o Relatório de Gestão e Contas 2022 podem ter duas visões, uma primeira que é política e nesta não se reveem, pois entendem que se podia ter feito mais e melhor pelo progresso de Valença e pelo bem-estar dos valencianos e das valencianas. A segunda visão que é a meramente contabilística, não existindo reservas do ROC e tendo sido verificado, ainda que por amostragem, as contas em si traduzirão com rigor as opções tomadas pelo Executivo. Relativamente à proposta de alteração ao mapa de pessoal, votariam favoravelmente por entender que, efetivamente, a criação destas carreiras e destes postos de trabalho revelam-se necessários e são adequados para os fins a que se destinam. \_\_\_\_\_

- **O Membro Inês Ferreira** referiu que na mensagem do Presidente da Câmara, é dito que mitigaram os problemas da comunidade escolar, o que a levou a perguntar o que é que este Executivo fez para mitigar

os problemas que a escola tem, especialmente a escola sede, para além das alterações ou das requalificações de alguns edifícios. Registou no documento das Grandes Opções do Plano, na página 56, que a rubrica Educação apresenta um coeficiente de realização de 71%. Pena não se ter verificado um nível maior, porque a Educação é o pilar fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo. Em termos de Ação Social, regista-se também um coeficiente de realização de cerca de 39%, pelo que questionou como é que isto é possível, se cada vez há mais falta de coesão social a exigir a preocupação da Câmara, no sentido de reduzir a vulnerabilidade dos concidadãos. Parece-lhe um nível de execução muito baixo e, portanto, qual a razão para não se ter concretizado um nível superior, em termos de Grandes Opções do Plano para esta função. Relativamente à habitação social, registaram o mesmo nível de coeficiente, outra função do Município fulcral que urge implementar ações para evitar, para evitar não, para permitir o acesso a uma habitação digna e evitar a exploração dos mais fracos na relação senhorio/inquilino. Genericamente, as Grandes Opções do Plano apresentam uma taxa de execução de 69%, muito baixa. Sendo estas as primeiras contas da gerência, da gerência do atual executivo mostra, a seu ver, uma fraca eficácia na concretização do que pretendiam para 2022. É referido na página 67 que o Banco Local de Voluntariado tem 14 voluntários no ativo e diz-se que têm, portanto, um acordo de parceria com as IPSS do Concelho que têm acolhido esses voluntários. Termos em que perguntou quais as IPSS que têm acolhido estes voluntários e se estão todos a fazer uma ação de voluntariado junto dessas instituições. Em relação de novo à Ação Social, eu, enquanto membro do Núcleo Interparoquial da Cáritas de Valença, referiu que quando nos documentos oficiais se fale de Cáritas, se dissesse que é o Núcleo Interparoquial de Valença da Cáritas Diocesana. E, relativamente ao montante contratualizado no protocolo, foi iniciado com o anterior Executivo, com 10.000,00€/ano e entretanto, ainda no anterior Executivo, as necessidades que foram chegando à Ação Social da Câmara, e que lhes foram enviadas, atingiam valores superiores e, portanto, receberam 15.000,00€/ano. No ano 2022, a solicitação deste núcleo, junto da Câmara, para facilitar mais 5.000,00€, uma vez que em setembro, já tinham ultrapassado o total de despesas do ano 2021, solicitação que foi acedida.

- **O Deputado Alberto Vilas** solicitou que se recuasse no tempo ao dia 30/12/2021. Foi nesse dia que a Assembleia Municipal aprovou o orçamento para o ano de 2022 e, agora, estão a analisar a execução desse orçamento do ano de 2022. E, nesse dia, o senhor presidente da Câmara, naturalmente na defesa do seu orçamento, apesar de todos considerarmos que era um orçamento de transição, uma vez que era o primeiro a ser elaborado pelo novo Executivo, após o resultado eleitoral das eleições de setembro. Foi-lhes dito, nessa altura, que com esse orçamento e, portanto, hoje em dia, com as contas, que queria deixar cinco marcas e referiu quais eram. Era a criação de um gabinete itinerante que aproximasse as políticas do Município com as populações; a criação de um novo quadro de apoio às Juntas de Freguesia; o lançamento do primeiro Orçamento Participativo Jovem; concretizar e elaborar projetos e candidaturas e iniciar a construção da residência académica. Portanto, agora ao analisarem o resultado daquele orçamento perguntou onde estão plasmadas essas cinco marcas. São considerações para o ano 2022 e que gostaria que as respostas fossem dadas à luz do ano 2022 e não à luz do ano 2023. Nessa mesma alocação, o Presidente da Câmara referiu várias iniciativas que iriam ser levadas a efeito durante o ano de

2022 e, no Plano Plurianual de Investimentos, o chamado PPI estava previsto no mesmo para o ano de 2022, 4.468.000,00€ de investimento. O que é facto, ao analisarem as contas, o executado deste tal Plano Plurianual de Investimentos foram de 2.469,00€, ou seja, 55% daquilo que a Assembleia aprovou e espetava que iria ser investido quase 4.500.000,00€ (quatro milhões e quinhentos mil euros). Portanto, verificou-se aqui uma diferença bem grande em relação à taxa de execução quer da despesa, quer da receita. Portanto questionou o motivo de apenas só haver 55% do Plano de Investimentos executado em 2022. Verificaram, também, que há um ligeiro aumento do quadro de pessoal. Em 2022, passou de 275 para 282 e que do total do orçamento da despesa mais de 6.000.000,00€ (seis milhões de euros) são alocados para salários. Portanto, o Município vai continuar a assistir ao aumento do quadro de pessoal. Já sabemos que vão ser contratados colaboradores para apoiar as Juntas de Freguesia e, naturalmente, com as transferências de competências, é evidente que o Município vai ter que também contratar novos colaboradores. Consideram necessário que este assunto começa a ser central na gestão do Município. Quanto à questão do trânsito da Fortaleza requer algum debate entre todos, assim como a questão do quadro de pessoal do Município também irá requerer uma consensualização porque um dia vai ser incomportável o Município alocar cerca 8 ou 9.000.000,00€ (nove milhões de euros) só para salários. Provavelmente, vamos ter que encontrar outras soluções, quer de receita ou de outra forma de contratualizar os nossos serviços. Por último, saudou o Município por continuar a trilhar o caminho da responsabilidade no que diz respeito ao facto de continuar a ser bom pagador. O período médio de cobrança passou para 35 dias, desceu um pouco, está abaixo da média dos últimos 6 anos e desde 2020 sem faturas em atraso. Importante que quem pretende fazer negócio com o Município considere que Valença é confiável.

- **O Deputado Sebastião Alves** parabenizou os técnicos municipais pela elaboração deste relatório de 2022. Verifica-se que a Câmara, em 2022, já arrecadou uma verba mais significativa que em 2021, talvez devido ao aliviar dos compromissos com a pandemia, apresentando um saldo de gerência positivo de 226.000,00€ (duzentos e vinte e seis mil euros). O apoio às famílias também diminuiu, já que a devolução do IRS passou de 0,5% para apenas 0,25%. Também se verifica que as famílias, em 2021, receberam um apoio de 311.000,00€ (trezentos e onze mil euros) e, em 2022, apenas 146.000,00€ (cento e quarenta e seis mil euros), o que não compreendem, à luz dos dados que vão sendo revelados constantemente. Verifica-se também, e não compreendem bem o porquê, uma diminuição muito significativa no custo dos transportes, que passou de 843.000,00€ (oitocentos e quarenta e três mil euros) para 526.000,00€ (quinhentos e vinte e seis mil euros). Nos resíduos sólidos, questionou o motivo de passar de um custo 636.000,00€ (seiscentos e trinta e seis mil euros), em 2021, para um custo bastante mais musculado de 843.000,00€ (oitocentos e quarenta e três mil euros), em 2022. Verifica-se que os custos com o pessoal dos órgãos da Autarquia vêm aumentando bastante significativamente, em 2020, 191.000,00€ (cento e noventa e um mil euros) para um ligeiro decréscimo de 188.000,00€ (cento e oitenta e oito mil euros) em 2021, para agora subir, em 2022, para os 241.000,00€ (duzentos e quarenta e um mil euros). Por último, verifica-se que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano sofreram um pequeno aumento em 2022, mas mesmo assim, um aumento de 2% em relação a 2021. Aguarda as

**O Deputado Luís Brandão** congratulou-se com a execução do orçamento que é de transição, na medida em que mudou o quadro político em 2022, mas também por estarem em fase de transição em termos de quadros comunitários, o que cerceou de algum modo as oportunidades do Município poder aceder a fundos comunitários. Face ao desempenho aqui evidenciado, continuam a querer subir a fasquia e esperar que em próximos anos possam ter verbas bastante mais avultadas em execução, nomeadamente em investimento de capital. Porque ter boas execuções quando apenas se tem despesa corrente orçamentada é relativamente fácil. Em 2022, mesmo estando em crise, tiveram um aumento significativo do Imposto Municipal sobre Transmissões, o que quer dizer que houve mais interesse e mais negócio na transmissão de imobiliário e de valores em Valença, o que se traduziu num acréscimo de receita para o Município, mas de facto demonstra aqui uma dinâmica significativa, bem como o acréscimo da derrama, o que quer dizer que a atividade industrial no Concelho também está a crescer. Saudou o acréscimo de valores nas transações financeiras para as Freguesias. Mais, consideram relevante reforçar esta imagem de Município bom pagador, com a redução de 10 dias no tempo médio de pagamento. Outra situação importante e que incomodava era que o ROC tivesse ressalvas e recomendações nas contas relacionadas ou relativas a questões técnicas que agora estão, felizmente, sanadas e acabou-se com o problema relacionado com as rubricas dos ativos fixos tangíveis, que desta feita foi articulada e metida no novo sistema contabilístico. Aspectos positivos a reter, o parecer limpo por parte do ROC. Por último, como nos últimos tempos tem vindo a falar na necessidade de desmaterializar, de transparência, lançaram o desafio de que este documento que, é uma avaliação completa de toda a atividade municipal durante o ano, dada a sua extensão, próximo ano, fosse produzido de uma forma mais sintética e de fácil leitura e acessível à generalidade da população de Valença. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, o qual começou por responder ao membro Inês Ferreira como mitigaram os problemas da escola. Desde logo, no início do ano letivo, na escola sede, com a mediação de conflitos, segurança privada e a integração de alunos no mercado de trabalho. Investiu-se no equipamento escolar e nos refeitórios. \_\_\_\_\_

Relativamente ao deputado Alberto Vilas referiu que um orçamento é um documento de previsão daquilo que se pretende executar no ano seguinte. Esclareceu, ainda, que o investimento foi exatamente de 3,8 milhões. Portanto, a despesa capital foi de 60% e não 55%. Quanto à questão do pessoal, é evidente que a sociedade vai evoluindo e precisam de adequar o quadro de pessoal às necessidades. Sobretudo, às subjacentes às transferências de novas competências para os Municípios. O Município está, também, a estudar a reestruturação do quadro de pessoal, de modo a integrar os vários colaboradores em regime de prestação de serviços. Realçou ainda que, por opção do Executivo, não se tem aumentado os impostos diretos. \_\_\_\_\_

Quanto à questão dos resíduos sólidos, pelo Deputado Sebastião Alves, referiu que a Câmara Municipal pagava uma taxa de 24,74€/por tonelada, na deposição do lixo no aterro sanitário, e em 2022 esta aumentou para para 42,97€. Apesar deste brutal aumento, o Município não alterou a o tarifário imputado os munícipes. \_\_\_\_\_



Relativamente à sugestão do Deputado Luís Brandão para um documento mais simples, concordou, apesar de estes documentos apresentados obedecerem ao cumprimento dos diplomas legais. \_\_\_\_\_

De uma forma geral e respondendo a todos os intervenientes, constatou que Município registou uma taxa de execução na ordem de 85%, sem as revisões em baixa, comparando o orçamento de 2022 com as contas agora apresentadas. Portanto, a receita cresceu 14%, relativamente ao ano anterior. Em termos absolutos, a receita global cresceu 1,5 milhões de euros. Mais 9% que o ano de 2021. Esta é a segunda maior receita arrecadada nos últimos 10 anos. Nos impostos diretos, há um acréscimo de valor cobrado e que tem a ver sobretudo com o IMT, que reflete maior volume de compra e venda de imóveis. Neste contexto, salientou que as transferências do Estado para o Município de Valença são das mais baixas do Distrito. Relativamente à despesa corrente, referiu que foi de cerca de 12,9 milhões e a despesa de investimento foi de cerca 3,8 milhões de euros. O Município apresentou, para o exercício de 2022, um orçamento de cerca de 19 milhões de euros, dos quais foram executados cerca de 17 milhões de euros. A despesa de pessoal representa 34% da despesa global, que deve-se a reposição de carreiras e a aumentos salariais. O *superavit* do Município foi de 1,6 milhões de euros, é a diferença entre a receita cobrada mais o saldo de gerência do ano anterior e a despesa faturada. No ano de 2021, foi de 1,5 milhões. Portanto, apesar de tudo, o superavit foi superior em cerca de 100 mil euros. O saldo de gerência do ano de 2022 para 2023, foi de 1,8 milhões de euros, portanto, superior ao do ano anterior. As transferências para as Freguesias tiveram um acréscimo de 218 mil euros, relativamente ao ano de 2021. Sendo que, no total, as transferências para as freguesias superarão o milhão de euros. \_\_\_\_\_

As transferências para as instituições sem fins lucrativos foram, no total, cerca de 900 mil euros, mais 150 mil euros que no ano de 2021. E mais salientou que o passivo diminuiu e não existem pagamentos em atraso, verificando-se, inclusivamente, uma diminuição do prazo médio de pagamento, que passou de 46 dias, em 2021, para 36 dias, em 2022, o que por si dá credibilidade ao Município perante os seus fornecedores. \_\_\_\_\_

Respondendo ao membro Inês Ferreira, relativamente à execução da Ação Social, esclareceu que a baixa execução tem a ver, sobretudo, com a habitação social. Tem havido alguns atrasos inerentes à inexistência de projetos. Já iniciaram a reabilitação do Bairro de Passos e estão programar o início de outros. \_\_\_\_\_

Quanto ao mencionado pelo Deputado Alberto Vilas, referiu que quanto à residência académica houve atraso na elaboração do projeto, mas prevê-se que, no final do ano de 2023, a obra será adjudicada. \_\_\_\_\_

No que concerne ao parecer do ROC, pela primeira vez e face ao ano de 2021 não há reservas, estando a cumprir, as regras previstas no sistema de contabilidade. Em suma, Valença tem finanças saudáveis, mantendo os investimentos públicos essenciais. \_\_\_\_\_

Terminados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu a a abertura da **segunda ronda**, tendo-se inscrito os membros Inês Ferreira, Alberto Vilas e Sebastião Alves. \_\_\_\_\_

- **O Membro Inês Ferreira** apenas para alertar que na página 69 do relatório diz que foi entregue à Cáritas 15.000,00€ quando, na realidade, foram 20.000€. Termos em que terá que ser corrigido.

Relativamente à mitigação de alguns problemas do agrupamento, nomeadamente, a sede e quanto à mediação de conflitos, resultou, há sinais que, de facto, as coisas estão melhor já em relação à segurança privada, teve grandes dúvidas, quanto à legalidade. De facto, na evolução das despesas com a Ação Social, assistiu-se a uma diminuição de 21% e já lhe disse que foi em relação à habitação social. Sugiro, tendo em conta que a Câmara apresenta um *superavit* de 1,6 milhões de euros, que seja dirigido essencialmente para apoio daqueles que mais precisam. Quanto à sugestão do Eng.º Luís Brandão, de apresentação de uma síntese do documento, não sabe se é possível no entanto a legibilidade dos quadros apresentados deveria ser melhorada. Em suma, trata-se apenas da apreciação da execução da opções políticas, que espelham as opções que a Câmara fez para o ano 2022, não colocando em causa o documento técnico, desenvolvido pelo Departamento Financeiro de Contabilidade da Câmara. \_\_\_\_\_

- **O Membro Alberto Vilas** referiu duas novidades, uma delas é o Deputado José Nogueira prescindir da réplica e, pela primeira vez, votar umas contas de gerência. Julga que será enquanto membro de uma oposição. A segunda tem a ver com a questão a nota do ROC que, efetivamente, retirou a alínea que lá estava que vinha referido, mas como já foi dito, era uma questão técnica e nunca o ROC anteriormente pôs em causa a aprovação das contas. Portanto, não se dê a ideia de que só agora é que o ROC está a dizer que as contas estão bem. O ROC sempre disse que as contas estavam bem, apesar de haver ali qualquer coisa relacionado com a organização técnica de um determinado instrumento. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sebastião Alves** acrescentou à sua intervenção anterior a criação sapadores municipais, questionando se houve o parecer prévio da Autoridade Nacional da Proteção Civil e se a criação não vai entrar em colisão por diferença de salários, com as equipas de intervenção permanente dos Bombeiros Voluntários de Valença e se estes bombeiros também podem concorrer a estes sapadores municipais. \_\_\_\_\_

Dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** começou por responder ao membro Inês Ferreira, que as famílias mais carenciadas no nosso concelho estão a ser devidamente acompanhadas. A Ação Social atende muitos munícipes carenciados e daí o investimento bastante avultado. Dizendo ainda que, a loja social apoia, mensalmente, 205 agregados no nosso concelho, com alimentação e roupa. \_\_\_\_\_

Quanto à questão dos sapadores florestais, referida pelo Deputado Sebastião Alves, disse que o Decreto-lei 106/2002, de 13 de abril, que estabelece o estatuto para os bombeiros profissionais da Administração Local, prevê que seja criada uma carreira para sapadores bombeiros florestais. O Município vai criar essa carreira porque os recursos humanos que, atualmente, estão no combate aos incêndios, são assistentes operacionais e o que se pretende, ao integrarem esta carreira, se sentam mais valorizados e reconhecidos pelo Município. \_\_\_\_\_

## **PONTO 2º – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2022**

Terminados os esclarecimentos, o **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS REFERENTE AO ANO 2022**, em cumprimento do disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi, num universo de 31 (trinta e um) membros, **apreciado, por maioria**, com votos a favor 30 (trinta) com declaração de voto de Inês Ferreira, abstenções 0 (zero) e votos contra 1 (um), com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2023 \_\_\_\_\_  
declaração de voto de José António Nogueira, bem como não transcrever na ata o aludido Relatório. \_\_\_\_

Declarações de voto: \_\_\_\_\_

**Do Deputado José Nogueira** \_ “Nós, Cidadãos. Votei contra porque, obviamente, privilegiei a vertente política em detrimento da técnica ou contabilística, já que a Assembleia Municipal de Valença é um órgão eminentemente político e não funcional administrativo”. \_\_\_\_\_

**Do Membro Inês Ferreira** \_ “Apesar daquilo que eu disse há bocadinho, votei a favor, porque de facto, isto é um documento técnico. Evidentemente, que não me revejo nas opções políticas” \_\_\_\_\_

### **PONTO 3º – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL - 2023**

Proseguindo e colocada a **ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2023** a votação, a Assembleia Municipal conforme estipulado na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 5 do artigo 29.º da lei 35/2014 de 20 de junho, num universo de 31 (trinta e um) membros com votos a favor 29 (vinte e nove), abstenções 2 (dois) de Carla Susana Conde e Maria Fernanda Sousa e votos contra 0 (zero) **aprovou por maioria**, a seguinte alteração ao mapa de pessoal de 2023: \_\_\_\_\_

- A criação de carreira de sapador bombeiro florestal; \_\_\_\_\_
- A criação de cinco postos de trabalho na carreira de assistente operacional; \_\_\_\_\_
- A criação de três postos de trabalho na carreira de assistente técnico; \_\_\_\_\_
- A criação de um posto de trabalho na carreira de Técnico Superior de Turismo. \_\_\_\_\_

### **PONTO 4º- CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 1 650 000,00€**

Foi apresentada a proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião realizada a seis de abril corrente. O Presidente da Assembleia Municipal procedeu a abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros José António Nogueira, Alberto Vilas e Orlando Oliveira. \_\_\_\_\_

- **O Deputado José Nogueira** mencionou que iriam votar contra a contração de empréstimo de médio e longo prazo no montante de 1.650.000,00€, porquanto, coerentemente, também votaram contra a aquisição do edifício do Colégio Português. Entendem que este empréstimo não é a prioridade, não é uma oportunidade de negócio. É um edifício que carece de investimentos avultados que a Câmara Municipal de Valença não possui. É acreditar em fundos a fundo perdido, que nem sequer se sabe se serão ou não disponibilizados. Doutro modo não poderá ser recuperado. \_\_\_\_\_

- **O Membro Alberto Vilas** mencionou que quando se constava que a Santa Casa estaria na disponibilidade de vender o edifício, disse, em sede de Assembleia, ao Presidente da Câmara, que se achasse que era oportuno para o Município fazer a aquisição do edifício, que poderia contar com o apoio do PSD, quer na Câmara, quer na Assembleia, para aprovar essa aquisição e se tal fosse necessário, também para aprovar a contração de um empréstimo. Verifica hoje que tornou-se necessário, há todo o processo administrativo sobre o mesmo e uma proposta formal para a contração de um empréstimo a longo prazo. Julga que a aquisição daquele edifício é importantíssima para o tecido municipal. Fica

pendente qual o destino do mesmo. Certamente, o Presidente da Câmara já poderá dar alguma intenção ou alguma informação sobre o mesmo, se já tem ideia para isso. E fica aqui também plasmado que os elementos do PSD, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, assumem os seus compromissos, honram a palavra dada e, pronto, quer perante o senhor presidente da Câmara, quer perante o senhor presidente da Assembleia Municipal e ficamos a aguardar que todos cumpram também a sua palavra. \_\_\_\_

- **O Deputado Orlando Oliveira** mencionou que a história do Asilo Apolinário da Fonseca remonta ao início século XX, com o testamento deixado pelo benemérito Apolinário da Fonseca à Santa Casa da Misericórdia. Em 1910 foi lançada a primeira pedra e foi inaugurada em 1928, com a ocupação pela Congregação das Religiosas Franciscanas. É de realçar o importante papel da Santa Casa da Misericórdia de Valença ao longo dos últimos 120 anos. Realçou não só o património material mas também o legado cultural. Desde o início do século XXI, a utilização do edifício mostrou-se, por vários motivos, pouco atrativa. Valença está dividida em três grandes zonas, intramuros, extramuros e Freguesias, cada uma com as suas especificidades. A zona extramuros, durante os anos 80 e 90, foi uma zona muito maltratada. Apesar do carinho demonstrado ao longo dos últimos 15 anos, ainda não foi o suficiente para corrigir alguns erros do passado. O edifício do antigo colégio, sendo a única referência patrimonial existente nesta zona, merece toda a nossa dedicação e empenho. Congratulam-se com o espírito de abertura e de colaboração que a Santa Casa da Misericórdia de Valença e o Município têm tido ao longo deste processo, bem como com o espírito de união e solidariedade verificado no seio desta Assembleia Municipal, tal como Alberto Vilas acabou de referir e pela responsabilidade para com os superiores interesses de Valença e dos valencianos. Congratulam-se, também, com que hoje se possa alcançar mais uma fase neste processo com a votação deste pedido de financiamento. A aquisição e requalificação deste edifício não é apenas uma questão patrimonial, é corresponder aos anseios de toda a população, dando vida a um edifício que está moribundo. É preservar a memória de todos os que por lá passaram ao longo destes 100 anos de história. É uma oportunidade para dinamizar e projetar Valença culturalmente, dotando a cidade de um edifício emblemático. Seria muito bom, em 2028 poderem comemorar o centésimo aniversário em pleno funcionamento. Muitas são as possíveis utilizações, animação cultural, associativa, produção artística, centro de indústrias criativas, espaço de *cowork*, etc., etc.. Finalizou a questionar os próximos passos e se já existe alguma data prevista para a sua aquisição. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções e dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, agradeceu as palavras dos Deputados José Nogueira, Alberto Vilas e Orlando Oliveira, dizendo que se congratula com o apoio do PSD e PS e subscrevendo as palavras do Deputado Orlando Oliveira, sobre a questão da utilização do espaço. De facto, entendem que é um património identitário dos valencianos e só por si já vale a sua aquisição. Trata-se de um edifício emblemático em degradação acentuada e como Valença precisa de uma nova centralidade, poderá vir a ser construída na envolvente a esse edifício. Será um edifício dedicado à cultura, educação e à inovação. Estão a iniciar diligências para o projeto de arquitetura. \_\_\_\_\_

Quanto à intervenção do Deputado José Nogueira mencionou que, apesar de compreender a sua posição,

pois também pretendem investir no parque da cidade, neste momento, o que está em causa é aquisição de um edifício que é um património identitários dos valencianos. E, que como tal, deve ser preservado para utilização pública. Termos em que se propõe a contratação deste empréstimo, nas condições apresentadas. \_\_\_\_\_

Relativamente aos próximos passos, questionados pelo Deputado Orlando Oliveira, referiu que sendo aprovado o empréstimo, já está articulado com a Santa Casa proceder ao contrato-promessa de compra e venda dentro de dias. Logo de seguida, farão o contrato de compra e, depois, avançarão com um concurso para o projeto de arquitetura. Tem de ser um concurso com garantias de quem concorra possa aportar uma mais-valia para o edifício. \_\_\_\_\_

Terminados os esclarecimentos do Presidente da Câmara foi aberto o período da **segunda ronda**, tendo-se inscrito os Membros José Nogueira e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

- **O Deputado José Nogueira** mencionou que o Sr. Vasco Oliveira disse que havia um sentido de responsabilidade, mas de quem vota a favor. No fundo, é o que se deduz das suas palavras. Mas o seu voto é contra e não deixa de ser responsável. O que não significa que quem irá votar a favor deste contratação deste empréstimo tenha razão. A razão é relativa. Falta-lhe responder quando vão ser feitas as obras e quanto vai ser gasto neste mamarracho e se acreditam que vêm fundos. Cada vez que contraímos um empréstimo, para uma determinada obra, ficamos com menos possibilidades de contrair empréstimos para outra obra. Podia-se salvaguardar as paredes de fora, se são tão importantes assim, porque o interior está todo destruído, obrigando, por exemplo, com o Plano Diretor Municipal, que aquele edifício não pudesse ser destruído. Finalizou a dizer que ainda bem que o Presidente pretende o parque da cidade. Certamente que leu no programa eleitoral do “Nós Cidadãos!” que o prevê aquilo e que espera que agarre na Freguesia de Boivão, porque é a que tem mais potencialidades para esta área e crie outro pulmão. \_\_\_\_\_

**O Membro Inês Ferreira** pediu para utilizar o tempo do seu colega Alberto Vilas, o que lhe foi permitido. Portanto, começou por dizer ao Deputado José Nogueira que o edifício não é nenhum mamarracho. Ofende quem por lá passou. Aquele edifício quando nasce, nasce com uma intenção muito clara, tanto que inicialmente era Asilo Fonseca, depois passou a ser o Colégio Português Nossa Senhora de Fátima. Asilo porque estava destinado a crianças desfavorecidas que podiam ter acesso ao ensino. Teve internato e externato masculino e feminino que possibilitou a preparação de pessoas para as suas vidas profissionais. Foram feitos vários convívios de antigos alunos do colégio e funcionou a escola secundária. Efetivamente o edifício é emblemático para Valença e, por muitos projetos de arquitetura que se façam, deveria manter a fachada que é imponente. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, o qual reforçou que também entendem que se trata de um edifício emblemático e que a fachada é para manter. Como é óbvio, a recuperação deste edifício custará alguns milhões. O empréstimo em apreço é para a aquisição de património, que servirá os valencianos e quem nos visita. \_\_\_\_\_

Terminados os esclarecimentos e intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto a votação. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal, de acordo com a disposição legal prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, num universo de 31 (trinta e um) membros com votos a favor 30 (trinta) sendo eles José António Moreira Cerqueira, Dora Marisa Alves Guterres, Maria da Conceição da Cunha Pereira, Sebastião António Silva Alves, Inês Rita da Silva Ferreira, Débora Patrícia Alfaya Ferreira, Luís Manuel Gomes Amorim, Maria Fernanda Esteves Sousa, Paulo Jorge da Cunha Esteves, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia, Rui Pedro da Silva Ferreira, Pedro Manuel Guedes Lemos, Luís Alberto Mendes Brandão Coelho, Francisco José Rodrigues Romeu, Filipe Fernandes Taveira, Carla Susana da Cunha Oliveira Conde, Liliana Mateus Fernandes Cerqueira, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, Carlos Manuel Pereira, André de Sousa Rodrigues, Armando Rodrigues Fernandes, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro Manuel Cortinhas de Sousa, Cristina Maria Vilas Rodrigues, Alexandre Pereira Lagoa, José Manuel Montenegro Roda, Diogo Miguel Mota Silva, abstenções 0 (zero) e votos contra 1 (um) de José António Nogueira, aprovou por maioria, em primeiro lugar a Aquisição do Imóvel (investimento) a financiar pelo empréstimo de Médio e Longo Prazo, constante do quadro abaixo, e inscrito no PPI e Orçamento do Município identificado no quadro infra, em segundo lugar a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo à **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, C.R.L** e por último o Plano dos Encargos Orçamentais Plurianuais, nos seguintes termos: \_\_\_\_\_

1. A adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, C.R.L**, nas seguintes condições: \_\_\_\_\_
  - **Montante:** Até ao limite máximo de 1.650.000,00€ (um milhão seiscentos e cinquenta mil euros); \_\_\_\_\_
  - **Prazo:** 20 anos após a data de perfeição do contrato; \_\_\_\_\_
  - **Período de utilização e carência:** até 2 anos após a data de perfeição do contrato; \_\_\_\_\_
  - **Taxa de Juro:** O empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à Euribor a 3 meses (Base 360 dias), acrescida de um *spread* de **0,49%**; \_\_\_\_\_
  - **Pagamento de Juros:** Trimestral e postecipadamente; \_\_\_\_\_
  - **Reembolso:** O capital em dívida será pago em prestações constantes, iguais e sucessivas, a pagarem trimestralmente, com início após o período de carência; \_\_\_\_\_
  - **Reembolso antecipado:** Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, sendo apenas devidos os juros relativos ao período de contagem em curso; \_\_\_\_\_
  - **Comissões:** Não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão. \_\_\_\_\_
2. O Plano dos Encargos Orçamentais Plurianuais; \_\_\_\_\_

3. A Aquisição do Imóvel (investimento) a financiar pelo empréstimo de Médio e Longo Prazo, constante do quadro abaixo, e inscrito no PPI e Orçamento do Município.

Designação	Valor de Aquisição do Imóvel		Valor a Financiar pelo Empréstimo
	TOTAL	2023	
Aquisição de Imóvel – Edifício do Antigo Colégio Português	1 650 000,00 €	1 650 000,00 €	1 650 000,00 €
TOTAL	1 650 000,00 €	1 650 000,00 €	1 650 000,00 €

#### PONTO 5º- ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO ATUALIZAÇÃO

#### PONTO 6º- PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM REGIME DE RENDA APOIADA E DE GESTÃO DAS HABITAÇÕES, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE VALENÇA

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal informou que em reunião da Comissão Permanente foi deliberado que os pontos 5 e 6 seriam discutidos em conjunto e votados por separado. Termos em que foram presentes as propostas da Câmara Municipal aprovada por deliberações tomadas em suas reuniões de seis de abril corrente e vinte e oito de novembro último, respetivamente. Seguidamente, procedeu à abertura de inscrições aos 5.º e 6.º pontos do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscritos os Membros José Nogueira, Pedro Lemos, Sebastião Alves e Luís Brandão.

- **O Deputado José Nogueira** deu como reproduzidas as suas palavras anteriores, ou por mérito ou adequadas e mencionou que votará favoravelmente os pontos em apreço.

- **O Deputado Pedro Lemos** mencionou que vão votar favoravelmente os ponto, no entanto quer ver clarificadas algumas dúvidas quanto aos mesmos. Relativamente ao 5º ponto, questionou que se não conseguiu aumentar o valor previsto no acordo com IHRU, 2.100.000,00€, se as obras vão ser feitas só com este valor, uma vez que o custo da construção aumentou estes últimos anos e o valor atribuído a Valença para 231 agregados a viver em condições indignas comparativamente com outros Municípios é reduzido.

- **O Deputado Sebastião Alves**, quanto à habitação social, manifestou o seu desagrado para com a intenção de transformar a Casa das Varandas em três fogos tipo T2 para habitação social. Sugeriu que se aproveitassem os edifícios existentes em Valença para criar a habitação necessária para todo o concelho, designadamente o edifício Europa que possui duas alas habitacionais sem construir, assim como o Centro Comercial Ibéria a ala norte.

- **O Deputado Luís Brandão** mencionou, relativamente à estratégia local de habitação, a importância na preocupação de fazer estudos atualizados e a atenção ao acréscimo significativo de famílias que precisam de ser apoiadas. A informação técnica apresentada demonstra que esta passagem de 106 para 231 famílias, sendo que 158 estão em situação de carência e que isto aumenta bastante a necessidade relativamente às 93 inicialmente previstas, acaba fundamentar a atualização do apoio de financiamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2023 \_\_\_\_\_  
celebrado ao abrigo do Primeiro Direito. Relativamente ao Projeto de Regulamento Municipal para a Atribuição de Habitação Social, esta atualização decorre da adequação à realidade local, num tempo em que a questão da habitação é pertinente e está no centro das atenções da comunidade valenciana. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para os necessários esclarecimentos.

O **Presidente da Câmara Municipal** disse ao Deputado Sebastião Alves que de facto, a reconversão, para habitação social, da Casa das Varandas estava prevista na estratégia aprovada em 2021, pelo Executivo anterior. No entanto, na estratégia atualizada, agora apresentada, a Casa das Varandas essa reconversão para habitação social foi retirada. Prevendo-se instalar, nesse edifício, o Museu da Rádio.\_\_\_\_

Quanto ao senhor deputado Pedro Lemos mencionou que na estratégia aprovada em 2021, o valor global de investimento era de cerca 2,1 milhões de euros. Nesta atualização, o investimento previsto é de 15 milhões de euros para a habitação acessível. Foi feito um levantamento mais rigoroso das necessidades mediante a procura e por isso a apresentação da proposta de atualização da Estratégia Local de Habitação de Valença, cuja assinatura e homologação estão previstas para breve. \_\_\_\_\_

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu a abertura da **segunda ronda**, tendo-se inscrito os Membros e Pedro lemos e Sebastião Alves. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Pedro Lemos** mencionou que por acaso também tinha percebido que a Casa das Varandas estava integrada no plano de ação que leu no documento, mas pode ter lido a primeira estratégia.\_\_\_\_\_  
Felicitou pela aquisição do Antigo Colégio Português, assim como o fim que vai ser dado à Casa das Varandas como museu. A propósito da atualização do montante relativo à estratégia, questionou se foi algum erro de estudo prévio ou se, efetivamente, existem mais famílias em condições precária. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Sebastião Alves** congratulou-se com o fim que se pretende dar ao Edifício da Casa das Varandas, como Museu da Rádio, que já deveria ter ocorrido há mais de 30 anos e nunca foi possível. Relativamente à estratégia disse que poderia não ter lido tudo, no entanto, o documento n.º 3 refere “*Reabilitação de 81 fogos de propriedade municipal; 12 fogos no Bairro Social de Passos, Cerdal; 2 fogos do Bairro Velho de Passos, Cerdal; 25 fogos do Bairro Social de Bogim, Cerdal devoluto; 16 fogos do Bairro Social de São Pedro da Torre; 19 fogos do Bairro Social de Friestas, um devoluto e 6 fogos do Bairro da Raposeira*”, assim como, “*Reconversão e reabilitação do património da Câmara Municipal, localizado em Valença, em 7 fogos. Edifício no centro histórico da cidade Rua Direita, destinado a gerar 4 fogos de tipologia T2 e a Casa das Varandas, destinada a gerar 3 fogos de tipologia T2*”. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para os necessários esclarecimentos, o qual esclareceu o Deputado Sebastião Alves que deverá verificar na pagina 18, os investimentos a realizar ao abrigo da Estratégia atualizada. \_\_\_\_\_



Quanto ao motivo da atualização do montante relativo à estratégia, questionado pelo Deputado Pedro Lemos, referiu que os critérios de avaliação mudaram e, por conseguinte, a possibilidade de inclusão mais famílias necessitadas de habitação. \_\_\_\_\_

Terminados os esclarecimentos, passou-se à votação de cada um dos pontos que se seguem de forma individualizada. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 5º- ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO ATUALIZAÇÃO**

A Assembleia Municipal num universo de 31 (trinta e um) membros com votos a favor 31 (trinta e um) , abstenções 0 (zero) e votos contra 0 (zero) aprovou por unanimidade a atualização da Estratégia Local de Habitação com base na proposta fundamentada para posterior homologação do acordo de financiamento celebrado ao abrigo do 1º direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 6º- PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM REGIME DE RENDA APOIADA E DE GESTÃO DAS HABITAÇÕES, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE VALENÇA**

A Assembleia Municipal num universo de 31 (trinta e um) membros com votos a favor 31 (trinta e um) , abstenções 0 (zero) e votos contra 0 (zero) aprovou por unanimidade o regulamento municipal para atribuição de habitação social em regime de renda apoiada e gestão das habitações propriedade do município de Valença. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 7º- REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS - ADESÃO**

Presente a proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação tomada em sua reunião de seis de abril corrente, foi, de seguida aberto o período de intervenções, tendo-se inscrito os Membros Liliana Cerqueira e Luís Brandão. \_\_\_\_\_

**-O Membro Liliana Cerqueira** felicitou o Executivo pelo acolhimento e concretização da recomendação da adesão à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, que foi promovida pelo Grupo Municipal do PSD. Acrescentou que atualmente não existem apenas dois projetos que visam a promoção de estilos de vida saudáveis e envelhecimento ativo, mas ao longo dos anos têm vindo a ser dinamizados vários projetos, atividades ou programas por diversos intervenientes, como por exemplo a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, o Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho, o próprio Município, entre outras entidades e parceiros. Exemplificou com a adesão ao regime da fruta escolar, que permite a distribuição gratuita de fruta aos alunos pré-escolar e 1.º ciclo, o projeto Heróis da Fruta, o Programa de Alimentação Saudável e Saúde Escolar, promovidos pela ULSAM, que visa um aumento da literacia em saúde e a melhoria dos hábitos alimentares, bem como o investimento realizado pelo Município na melhoria da qualidade da refeição escola. Todas estas atividades beneficiariam de uma integração numa estratégia local de saúde, pelo que a elaboração do perfil local de saúde e do plano de desenvolvimento, pressupostos inerentes à adesão à rede, permitem traçar uma estratégia de promoção da saúde e da qualidade de vida da comunidade, sem esquecer que, ao mesmo tempo, permite preparar uma futura transferência de competências na área da saúde, caso ela se venha a verificar. \_\_\_\_\_

- **O Deputado Luís Brandão** mencionou que trazer esta proposta para decisão da Assembleia Municipal é a demonstração de que quando o órgão deliberativo faz propostas o Município lhe dá continuidade. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para os necessários esclarecimentos, o qual referiu que a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis é uma associação de Municípios, cuja missão é divulgar, implementar e desenvolver projetos de cidades saudáveis nos Municípios que definam a promoção da saúde como prioridade na sua agenda. Portanto, aquilo que foi referido é verdade, mas é importante desenvolver um trabalho em rede e proporcionar a obtenção de ganhos de saúde, apoio e orientação para a implementação, desenvolvimento, divulgação de projetos de saúde pública. O Município, para aderir a esta rede, tem que pagar uma quota anual de 773,47€ (setecentos e setenta e três euros). \_\_\_\_\_

Terminados os esclarecimentos e não tendo existido intervenções depois de aberto o momento de **segunda ronda**, passou-se para a votação do ponto. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal num universo de 31 (trinta e um) membros com votos a favor 31 (trinta e um), abstenções 0 (zero) e votos contra 0 (zero) **autorizado, por unanimidade**, a adesão da Câmara Municipal à rede Portuguesa de Municípios Saudáveis e respetiva quota anual de 773,47€ (setecentos e setenta e três euros e quarenta e sete cêntimos) plasmada na informação técnica prestada pela Ação Social no dia 01/03/2023. \_\_\_\_\_

#### **PONTO 8º- PROJETO DE REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO DO MUNICÍPIO DE VALENÇA**

Presente a proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação tomada em sua reunião de vinte e um de dezembro último, foi, de seguida aberto o período de intervenções, tendo-se inscrito os Membros José Nogueira e Luís Brandão. \_\_\_\_\_

- **O deputado José Nogueira** mencionou que dentro de um espírito de saudável de picardia, uma vez que este ponto fala do Regulamento de Exploração de Modalidade Afins de Jogos de Fortuna ou Azar, o que o levou a dizer que jogaram à roleta com a Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis e a Câmara Municipal, ou seja, conseguiram acertar e influenciar a Câmara Municipal no sentido de aderirem à rede.

- **O Deputado Luís Brandão** mencionou que a matéria versada neste Regulamento é, muitas vezes, de forma aleatória e sem grande conhecimento de causa praticada por muitas instituições. Será importante que depois de aprovado tenha a máxima divulgação e vulgarização para que não acontecessem situações, como já viram no passado próximo, associações de Concelhos vizinhos com processos em Tribunal por causa de coisas deste género, jogos ou sorteios associados a extrações da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que agradeceu as intervenções e referiu após aprovado, o Regulamento será

Dada a palavra para a **segunda ronda** não houve inscrições pelo que passou-se à votação do ponto em apreço. \_\_\_\_\_

A Assembleia Municipal num universo de 31 (trinta e um) membros com votos a favor 31 (trinta e um), abstenções 0 (zero) e votos contra 0 (zero) **aprovou, por unanimidade**, o regulamento de exploração de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo do município de Valença.

**AUSÊNCIA DE MEMBRO:**\_ Neste momento ausentou-se o Membro Paulo Esteves não tendo regressado à sessão. \_\_\_\_\_

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 30 (trinta) membros **Membros** aprovada **por unanimidade**. \_\_\_\_\_

Finalizada a intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 14h15m. \_\_\_\_\_

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e sete, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Coordenadora Técnica que a redigiu. \_\_\_\_

<b>Apoio à Assembleia Municipal</b> <b>A Coordenadora Técnica,</b>	<b>Assembleia Municipal de Valença</b> <b>O Presidente,</b>
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	José António Moreira Cerqueira